

Falta de quórum atrapalha encaminhamento de sugestões

Da Sucursal de Brasília

A ausência da maioria dos senadores e deputados federais da Câmara e do Senado está dificultando o encaminhamento de emendas ao projeto do governo da convocação da Constituinte. É necessário um terço de assinaturas do Congresso para que as emendas possam ser encaminhadas, o que faz com que o presidente da comissão mista que aprecia a proposta governamental, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), 45, conclua: "A consequência é que vamos ter poucas emendas".

O líder do PDT, deputado Nadyr Rossetti, desistiu de buscar apoio ao seu projeto de emenda convocando eleições diretas para presidente da República em 1986. Diante das dificuldades para obter assinaturas até sexta-feira, quando se esgota o prazo regimental para apresentação de emendas ao projeto do governo de convocação da Constituinte, Nadyr Rossetti anunciou que tentará apresentar seu projeto em forma de emenda autônoma.

Bierrembach não se conforma com a falta de quórum: "Quem está comprometido com o esforço de renovação não pode ser complacente com os desvios de conduta que realmente vem ocorrendo no Congresso Nacional, como as ausências às atividades de plenário. Quando se fala em recuperar prerrogativas do Congresso, a luta institucional passa necessariamente pela afirmação das prerrogativas que já existem, entre as quais a de comparecer às sessões e votar", afirmou.

Até ontem, só havia sido apresentada uma única emenda ao projeto do governo, por iniciativa do deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), que deseja que os deputados eleitos para a Assembléia Constituinte sejam escolhidos pelo voto majoritário.

Emenda do PT

O deputado José Genofino (PT-SP), 38, afirmou que seu partido deverá conseguir assinaturas para garantir

uma segunda emenda, "pois teve a previdência de começar a colhê-las há cerca de dois meses, restando apenas obter a adesão de mais sete ou oito deputados". A proposta do PT separa as eleições dos congressistas das eleições para a escolha dos constituintes e revoga algumas leis dos governos anteriores, entre as quais a Lei de Segurança Nacional, as disposições sobre medidas de emergência, a Lei de Greve, e um item da Lei de Imprensa que permite apreensão de jornais e revistas.

O senador Itamar Franco (PMDB-MG), também disse que vem encontrando dificuldade para obter apoio a duas propostas de emenda de sua autoria. O senador mineiro pretende realizar eleição direta para escolha de vice-presidente da República em 1986 e separar a Assembléia Constituinte do Congresso Nacional, através de votações distintas.

O deputado Leur Lomanto (PDS-BA) também anunciou que já colheu assinaturas para seu projeto de emenda que propõe um plebiscito nacional sobre a adoção do regime parlamentarista do governo.

A decisão do Conselho Político do governo de vetar as candidaturas avulsas à Constituinte provocou indignação tanto do relator da comissão mista, Flávio Bierrembach, como do deputado João Gilberto, um de seus principais integrantes.

Bierrembach disse que a medida "cria um certo constrangimento para o Congresso Nacional", acrescentando: "O Conselho Político do governo está fazendo o inverso do que se propôs a comissão mista que é trabalhar com isenção".

João Gilberto, por sua vez, considerou "uma pena" essa decisão porque ela "agrava o abismo que já se verifica entre a sociedade civil e as forças políticas". O parlamentar gaúcho é o autor da proposta de criação de "delegados constitucionais", com mandato temporário para o exercício exclusivo de mandato constituinte.